

Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



Casa de
Oswaldo Cruz

RELATÓRIO FINAL

**DESCOBERTA FORTUITA DA ANTIGA
ESTREBARIA**
Campus FIOCRUZ manguinhos

Dezembro 2010

PESQUISADORA:

Inês El-Jaick Andrade

INSTITUIÇÃO:

Fundação Oswaldo Cruz

DEPARTAMENTO/UNIDADE:

Departamento de Patrimônio Histórico – Casa de Oswaldo Cruz

ENDEREÇO:

Avenida Brasil, 4365 – Pavilhão Mourisco, térreo, sala 01 - Manguinhos, Rio de Janeiro -
CEP: 21040-360

RELATÓRIO:

Relatório final de pesquisa - dezembro de 2010

Ficha catalográfica

ANDRADE, Inês El-Jaick.
Descoberta Fortuita da Antiga Estrebaria. Campus FIOCRUZ
Manguinhos/ Inês El-Jaick Andrade -- Rio de Janeiro, 2010.
50f.

Relatório Final. Departamento de Patrimônio Histórico - Casa
de Oswaldo Cruz - Fundação Oswaldo Cruz.

1. Arqueologia 2. Arquitetura da saúde 3. Manguinhos
I. Título

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO

2. CONCEITOS E LEGISLAÇÕES

2.1 PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

2.2 LEGISLAÇÕES PERTINENTES

2.3 TIPOS DE VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS E AS DESCOBERTAS FORTUITAS

3. ANTECEDENTES

3.1 A ESTREBARIA E SEU TEMPO

3.2 PESQUISA DA DRA. MARIA DA CONCEIÇÃO BELTRÃO (1966-1987)

3.3 ACHADOS DE 1988 À 2009

4. PROCEDIMENTOS ADOTADOS

4.1 DESCOBERTA FORTUITA DA ESTREBARIA

4.2 NOVAS DESCOBERTAS

4.3 DESDOBRAMENTOS DA DESCOBERTA FORTUITA: ESTUDOS DO POTENCIAL DO SÍTIO

5. DOCUMENTAÇÃO DESCRITIVA E FOTOGRÁFICA DOS SERVIÇOS

6. ATIVIDADES EM ANDAMENTO

6.1 TESTES REALIZADOS OU EM ANDAMENTO

6.2 ACOMPANHAMENTO DA CONSULTORIA DO LEVANTAMENTO DO POTENCIAL ARQUEOLÓGICO

7. CONCLUSÕES

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CRÉDITOS

ANEXOS

I - FICHAS DOS ARTEFATOS E SUPERARTEFATOS

II - TABELA DE LEVANTAMENTO DAS CAVALARIÇAS, ESTREBARIAS E COCHEIRAS DO INSTITUTO

1. INTRODUÇÃO

O Museu da Vida (MV) da Casa de Oswaldo Cruz (COC) está localizado no *campus* Manguinhos em um sítio com elevado potencial arqueológico. Seu sítio abriga vestígios do final do século XIX e do século XX. Muitos desses vestígios já foram anteriormente identificados, quando foi implantado e arborizado o Parque da Ciência nas décadas de 1990 e 2000. Essa identificação contribuiu para o fortalecimento de alguns recortes temporais - como as pré-existências da chaminé e do forno de incineração de lixo da Prefeitura - que permanecem na nossa memória local. No entanto, outros vestígios foram esquecidos com o tempo, apesar de suas dimensões e importância na história do Instituto Oswaldo Cruz (IOC). Este é o caso dos vestígios da antiga estrebaria, descoberta durante os serviços de reforma do estacionamento do MV em março de 2010.

2. DEFINIÇÕES

2.1 PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO

O patrimônio arqueológico constitui testemunho essencial sobre as atividades humanas do passado. Sua proteção e gerenciamento são, portanto, indispensáveis para permitir aos arqueólogos e outros cientistas estudá-lo e interpretá-lo, em nome das gerações presentes e a vir, e para seu usufruto (Carta de Lausanne, 1990 apud CURY, 2000, p. 303).

A pesquisa arqueológica é uma importante aliada, auxiliando como instrumento para responder de forma mais pragmática às demandas tanto de um Projeto de Restauração de um bem patrimonial, bem como para desenvolver estudos sobre o bem cultural que não estejam somente relacionados a sanar as lacunas do conhecimento do restaurador. Desta maneira, torna-se de extrema importância um registro detalhado de suas etapas¹, pois este auxiliará os próximos restauradores e arqueólogos nas intervenções, indicando espaços de interesse e potencial arqueológico e justificando as ações que naquele momento histórico se fez ou se conseguiu fazer.

A pesquisa e a técnica arqueológica quando aplicadas na restauração de bens culturais se tornam ainda mais importantes quando as fontes escritas ou iconográficas são escassas. Portanto, é natural que os seus resultados possam alterar o projeto original de intervenção, mas sempre de maneira a enriquecer e sem interferir na integridade do bem.

No entanto, como o ato de escavar tem como consequência a destruição do sítio arqueológico - não sendo possível refazer a escavação -, para garantir a segurança necessária, todo trabalho de escavação de um sítio deveria ser acompanhado por um

¹ Na Lei federal nº3.924 de 26 de julho de 1961, em seu Artigo 9º, é disposta a necessidade de permissão do IPHAN para a realização de prospecções arqueológicas e, para tal, é requisito a aprovação de um relatório contendo a indicação do local, do vulto e da duração dos trabalhos executados (Artigo 8º). No entanto, somente a partir da Portaria nº07 de 01 de dezembro de 1988 é que os pedidos de permissão de escavações são regulamentados, inclusive a necessidade da apresentação de relatórios técnicos parciais e finais ao IPHAN (Artigos 8º e 12º).

arqueólogo (Decreto Lei 25/1937 e Lei Federal 3924/1961). O sucesso dessa empreitada depende das intervenções calcadas no respeito à integridade e à autenticidade do sítio.

Cabe observar, que os vestígios encontrados podem não estar diretamente relacionados a temporalidade da ocupação do bem patrimonial, objeto do projeto de intervenção, como no caso da descoberta da chamada "tralha doméstica" (cerâmicas e utensílios domésticos) ou de esqueletos de animais ou pessoas. Porém, estes serão de grande ajuda para a compreensão e contextualização das atividades e do aproveitamento do espaço nas diferentes épocas.

*O 'patrimônio arqueológico' compreende a porção do patrimônio material para a qual os métodos da arqueologia fornecem os conhecimentos primários. **Engloba todos os vestígios da existência humana e interessa todos os lugares onde há indícios de atividades humanas**, não importando quais sejam elas; estruturas e vestígios abandonados de todo tipo, na superfície, no subsolo ou sob as águas, assim como o material a eles associados (Carta de Lousanne, Art. 1, 1990 apud CURY, 2000, p.304, grifo nosso).*

A pesquisa arqueológica deveria ser uma ferramenta básica que antecederia toda a intervenção que envolvesse a movimentação de terra em sítios históricos. Para isso, se deveria ter registradas e mapeadas as áreas com potencial para o desenvolvimento do trabalho de prospecção arqueológica.

A proteção ao patrimônio arqueológico deve fundar-se no conhecimento, o mais completo possível, de sua existência, extensão e natureza. Os inventários gerais de potencial arqueológico constituem, assim, instrumentos de trabalho essenciais para elaborar estratégias de proteção ao patrimônio arqueológico. Por conseguinte, o inventário deve ser uma obrigação fundamental na proteção e gestão do patrimônio arqueológico (Carta de Lausanne, Art. 4, 1990 apud CURY, 2000, p.306).

No entanto, apesar das novas legislações² e do trabalho de conscientização patrimonial, ainda hoje, grande parte dos achados arqueológicos é obtida por meio das descobertas fortuitas. Na prática, ainda são poucas as obras de restauração que incluem em seu escopo de trabalho a pesquisa arqueológica antecedendo a intervenção. Esta realidade não é explicada tanto por uma carência de profissionais aptos da área, mas sim devido o desconhecimento de leigos - proprietários, arquitetos e engenheiros – do campo da arqueologia e da importância da preservação do patrimônio arqueológico.

A descoberta fortuita de quaisquer elementos de interesse arqueológico ou pré-histórico, histórico, artístico ou numismático, deverá ser imediatamente comunicada à Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ou aos órgãos oficiais autorizados, pelo autor do achado ou pelo proprietário do local onde tiver ocorrido.

² A Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, através do Decreto Municipal 22.872/03, oficializou a obrigatoriedade do acompanhamento e da pesquisa arqueológica nas obras de intervenção urbana no município. Este decreto estabelece que todas as obras que envolvam intervenções urbanísticas e/ou topográficas realizadas pelo Poder Público Municipal – direta ou indiretamente, em áreas que sugiram interesse histórico – deverão prever estudos e acompanhamento com vistas à pesquisa arqueológica.

Parágrafo único. O proprietário ou ocupante do imóvel onde se tiver verificado o achado, é responsável pela conservação provisória da coisa descoberta, até pronunciamento e deliberação da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Lei federal nº3.924 de 26 de julho de 1961, Artigo 18º).

Ao final da execução da pesquisa arqueológica, o destino dos vestígios deve ser determinado pela equipe técnica de restauração e pelo arqueólogo coordenador. Os vestígios que permanecerem expostos - as janelas arqueológicas - deverão receber tratamento especial que os identifique, sendo objeto de consolidação e manutenção. O terreno em que os vestígios encontram-se deve ser drenado, evitando assim a rápida degradação (IPHAN, 2002).

Em alguns casos os vestígios encontrados não são integrados pelo Projeto de Restauração. Assim, é uma recomendação técnica que as áreas abertas sejam fechadas, sendo forradas com tela plástica (ou tiras de plástico) e cobertas com sedimentos. Esta tela servirá como uma marcação do local que já sofreu uma escavação arqueológica, orientando futuras equipes de arqueólogos que venham a prospectar no local.

Com o objetivo de informar o público e manter os vestígios em seu local de origem, é recomendado que sejam expostos permanentemente os artefatos encontrados (após restaurados e consolidados), assim como disponibilizados os dados e análises da pesquisa arqueológica.

A apresentação do patrimônio arqueológico ao grande público é um meio de fazê-lo ascender ao conhecimento das origens e do desenvolvimento das sociedades modernas. Ao mesmo tempo, constitui o meio mais importante para fazê-lo compreender a necessidade de proteger esse patrimônio (Carta de Lausanne, Art. 7, 1990 apud CURY, 2000, p. 309).

2.2 LEGISLAÇÕES PERTINENTES

Lei Federal 3924/1961, capítulo IV. Dispõe sobre a definição de monumentos arqueológicos, a permissão para a pesquisa arqueológica e sobre as descobertas fortuitas.

Portaria IPHAN Nº 07/1988, artigo 5º, IV, 5 e 6. Dispõe dos requisitos para a permissão de pesquisa de campo para escavações em execução de projeto que afete direta ou indiretamente um sítio arqueológico.

Decreto Municipal nº 22.872, de 07 de maio de 2003. Dispõe que todas as obras que envolvam intervenções urbanísticas e/ou topográficas realizadas pelo Poder Público Municipal – direta ou indiretamente, em áreas que sugiram interesse histórico – deverão prever estudos e acompanhamento com vistas à pesquisa arqueológica.

Carta de Lausanne de 1990 (ICOMOS / ICAHM). Recomendação internacional que aborda a importância, a proteção e a gestão do patrimônio arqueológico. Na legislação federal, o acompanhamento arqueológico e a comunicação imediata de achados fortuitos (artigo 18º) durante as obras que envolvam a movimentação do solo ou que representem empreendimentos potencialmente capazes de afetar o patrimônio arqueológico são recomendados na Lei Federal 3924/61.

2.3 TIPOS DE VESTÍGIOS ARQUEOLÓGICOS E AS DESCOBERTAS FORTUITAS

A legislação federal (Lei 3924/61, Artigo 2º) considera como monumentos arqueológicos todos aqueles vestígios representantes dos períodos da história do país, já passados. Os vestígios do período pré-históricos podem ser mais facilmente identificados e reconhecidos do que os do período histórico.

São testemunhos materiais pré-históricos os sítios de qualquer natureza, origem ou finalidade, que representem testemunhos de cultura dos paleoameríndios do Brasil. Dentre estes estão os sítios conhecidos como sambaquis (inclusive os montes artificiais ou tesos, poços sepulcrais, jazigos, aterrados e estearias), os sítios nos quais se encontram vestígios positivos de ocupação pelos paleoameríndios (grutas, lapas e abrigos sob rocha), os sítios identificados como cemitérios, sepulturas ou locais de pouso prolongado ou de aldeamento, "estações" e "cerâmios" - nos quais se encontram vestígios humanos de interesse arqueológico ou paleoetnográfico - e os sítios de inscrições rupestres ou locais como sulcos de polimentos de utensílios e outros vestígios de atividade de paleoameríndios.

De um modo geral, podem ser identificados como sítios arqueológicos potenciais do período histórico os espaços geográficos delimitados pela presença de vestígios materiais oriundos do processo de ocupação do território pós-contato, tais como: estruturas, ruínas, edificações construídas com o objetivo de defesa ou ocupação, vestígios de infra-estrutura, locais com remanescente de batalhas, antigos cemitérios, jardins, quintais, pátios, fazendas, senzalas, engenhos, estruturas remanescentes de processos industriais entre outros.

O material arqueológico tem a qualidade de datar uma época e informar sobre um modo de vida. No entanto, a camada de aterro em que este foi encontrado também é crucial para determinar a temporalidade em que este vestígio foi descartado.

Deve-se observar durante as escavações o aparecimento dos seguintes materiais:

. Louças e cerâmicas

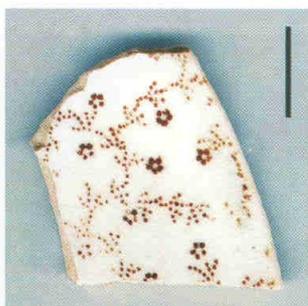


Fig 20. Sítio: Manguinhos. Fragmento de louça com decoração marrom de ramos florido e amplo espaço branco. Coleta: 1987.

Dimensões: 3,0cm X 2,1 cm X 0,2 cm.



Fig 26. Sítio: Manguinhos. Fragmento de louça branca com decoração de folhagens em vermelho.

Dimensões: 2,4 cm X 2,1 cm X 0,4 cm.

Alguns dos vestígios do século XIX da coleção do Sítio Manguinhos no Acervo do Museu Nacional. Fonte: RABELLE; BELTRÃO; NEME; MESQUITA, 2002.

. Tijolos



Exemplos de tijolos coletados no sítio da Estrebaria. A existência de inscrições dos fabricantes é muito importante para determinar a data do artefato. Sob a guarda temporária do DPH.

Fonte: Acervo DPH/ COC/FIOCRUZ.

. Telhas



Exemplos de fragmentos de telhas coletados no sítio da Estrebaria. As inscrições dos fabricantes podem ser percebidas nos dois conjuntos. Sob a guarda temporária do DPH. Fonte:

Acervo DPH/ COC/ FIOCRUZ.

. Feramentas



Vestígio de ferramenta da coleção do Sítio Manguinhos no Acervo do Museu Nacional. Fonte: RABELLE; et al, 2002.



Vestígio de ferramentas encontradas no sítio da Estrebaria. Sob a guarda temporária do DPH. Fonte: Acervo DPH/ COC/

FIOCRUZ.

. Moedas



Vestígios de ocupação encontrados no sítio da Estrebaria. Entre o material uma moeda e tapinhas de refrigerante. Sob a guarda temporária do DPH. Fonte: Acervo DPH/ COC/ FIOCRUZ.

. Estruturas arquitetônicas



Vestígios do piso e de uma coluna da Estrebaria construída na terceira década do século XX, localizado no estacionamento do Museu da Vida durante obras de movimentação de terra. O piso encontrado, que sobreviveu por quase setenta anos, foi parcialmente destruído antes da paralisação das obras. Fonte: Acervo DPH/ COC/ FIOCRUZ.

. Material científico



Frascos-ampolas com solução em seu interior lacrado. Foram coletados no sítio da Estrebaria e atualmente estão aguardando para que seu conteúdo seja investigado pelo INCQS. Sob a guarda temporária do DPH. Fonte: Acervo DPH/ COC/ FIOCRUZ.

Geralmente todos os achados de interesse arqueológico que são consequência de escavações, coletas superficiais do solo ou submersas em água são fruto de descobertas fortuitas. Portanto, todo vestígio de interesse arqueológico encontrado, independente de ser por um profissional habilitado ou por leigos, deve ser comunicado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

É preciso observar, ainda, que a legislação federal estabelece que:

- É vetado o aproveitamento econômico, a destruição ou a mutilação, para qualquer fim, de um monumento arqueológico de suas partes ou de seu todo sem o conhecimento e autorização prévia do IPHAN.
- É de responsabilidade do autor do achado ou do proprietário, do local onde este tiver ocorrido, a imediata comunicação com o IPHAN e a eventual conservação provisória, inclusive no que tange os cuidados com os vestígios em estado de arruinamento.
- O comunicado da descoberta fortuita deverá ser realizado preferencialmente pelos envolvidos, mas também poderá ser denunciado por terceiros.
- Em caso de omissão de comunicado do elemento arqueológico, este deverá ser apreendido imediatamente, sem prejuízo da responsabilidade dos envolvidos pelos danos que vier a causar ao patrimônio.
- O IPHAN mantém um Cadastro dos Monumentos Arqueológicos do Brasil, que deve ser atualizado com informações dos sítios que se tornarem conhecidos por descoberta fortuita.

3. ANTECEDENTES

3.1 A ESTREBARIA E SEU TEMPO

O atual *campus* FIOCRUZ Manguinhos tem suas origens na Fazenda de Manguinhos, desapropriada pelo Governo Federal em 1892 para que a Prefeitura instalasse fornos e chaminé destinados à cremação do lixo urbano produzido na cidade do Rio de Janeiro. Em 1899, o grande terreno da antiga fazenda, então relativamente distante do centro da cidade, foi escolhido para a instalação do Instituto Soroterápico Federal criado nessa época com o limitado fim de produzir soros e vacinas específicas para o saneamento dos portos de Santos e do Rio de Janeiro.

As benfeitorias existentes foram adaptadas para acolher os laboratórios e uma infraestrutura preliminar foi criada para garantir o funcionamento do instituto em 1900. Algumas dessas edificações do século XIX permaneceram, e outras foram demolidas.

Durante as primeiras décadas do século XX a demanda por soros era crescente³. Diversas epidemias assolavam as cidades do país. A instituição era a responsável pela produção de soros para diversas doenças, inclusive a febre amarela. Assim, logo nos primeiros anos de sua criação, novas construções de apoio foram edificadas.

Na década de 1920 o Departamento Nacional de Saúde Pública (DNSP) e o Instituto Oswaldo Cruz (IOC), chefiado por Carlos Chagas, se empenharam em aumentar os esforços no combate a febre amarela. No entanto, para isso era necessário aumentar a infra-estrutura de apoio, através da construção de cocheiras, biotérios e estrebarias. No entanto, os recursos destinados ao IOC eram poucos, e Chagas buscou construir essa estrutura de apoio com o dinheiro da venda das vacinas.

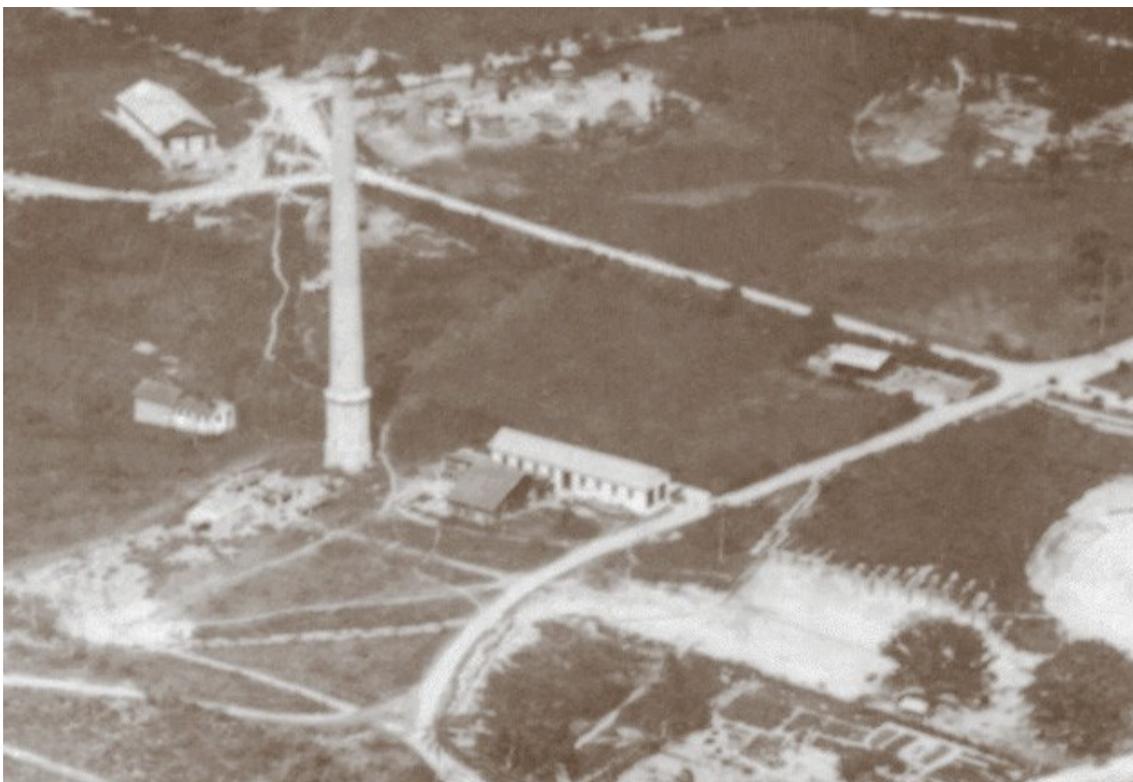
Já na década de 1930 foram construídas algumas edificações de apoio⁴ às atividades do Instituto. A antiga estrebaria, projetada no início da década de 1930, faz parte deste complexo de edificações de apoio, destinada para abrigar cavalos utilizados nas atividades do Instituto.

Foi identificada uma planta da estrebaria de 1948, elaborada pela Divisão de obras do Ministério da Educação e Saúde, no Arquivo do Departamento de Arquivo e Documentação (DAD/COC). Nesta é possível identificar 91 baias, mas esta capacidade poderia ser originalmente maior, já que a edificação parece ter sofrido reformas para ser incluído no espaço uma garagem e uma oficina. A estrebaria era um prédio em forma de “U”, de um pavimento, com duas alas e uma série de baias para guardar cavalos. As pesquisas iniciais indicam que a estrebaria é um projeto do arquiteto de origem portuguesa Luiz Moraes Junior – o mesmo autor das edificações

³ O objetivo do soro é “emprestar” os anticorpos já produzidos para uma pessoa debilitada por uma doença específica, e que portanto não pode ela mesma produzir anticorpos, em tempo hábil, para combater o vírus/bactéria/veneno. Para isso podem ser usados vitelos (bezerros), cavalos e até serpentes. Vale a pena observar que o soro é usado para os casos graves, pois geralmente podem causar efeitos colaterais no paciente. Já a vacina é a manipulação de vírus/bactérias enfraquecidas (isto é, agentes infecciosos incapazes de provocar a doença, mas que induzem o sistema imunológico para combater a doença) que são introduzidas no paciente, e este mesmo, produz seus anticorpos para combater esta “doença controlada”. Assim, a vacina prepara o organismo para que o sistema de defesa (o sistema imunológico) possa agir com força e rapidamente. Por isso a doença não se desenvolve ou, em alguns casos, se desenvolve de forma mais branda.

⁴ Foram construídos diversos pavilhões destinados para anexos, o pavilhão da marcenaria, a cocheira, a estrebaria, o depósito e o forno crematório e a coelheira (OLIVEIRA; COSTA; PESSOA, 2003).

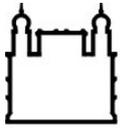
do Núcleo Arquitetônico e Histórico de Manguinhos (NAHM), tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).



Sítio do Museu da Vida em 1922. A estrebaria ainda não tinha sido edificada.

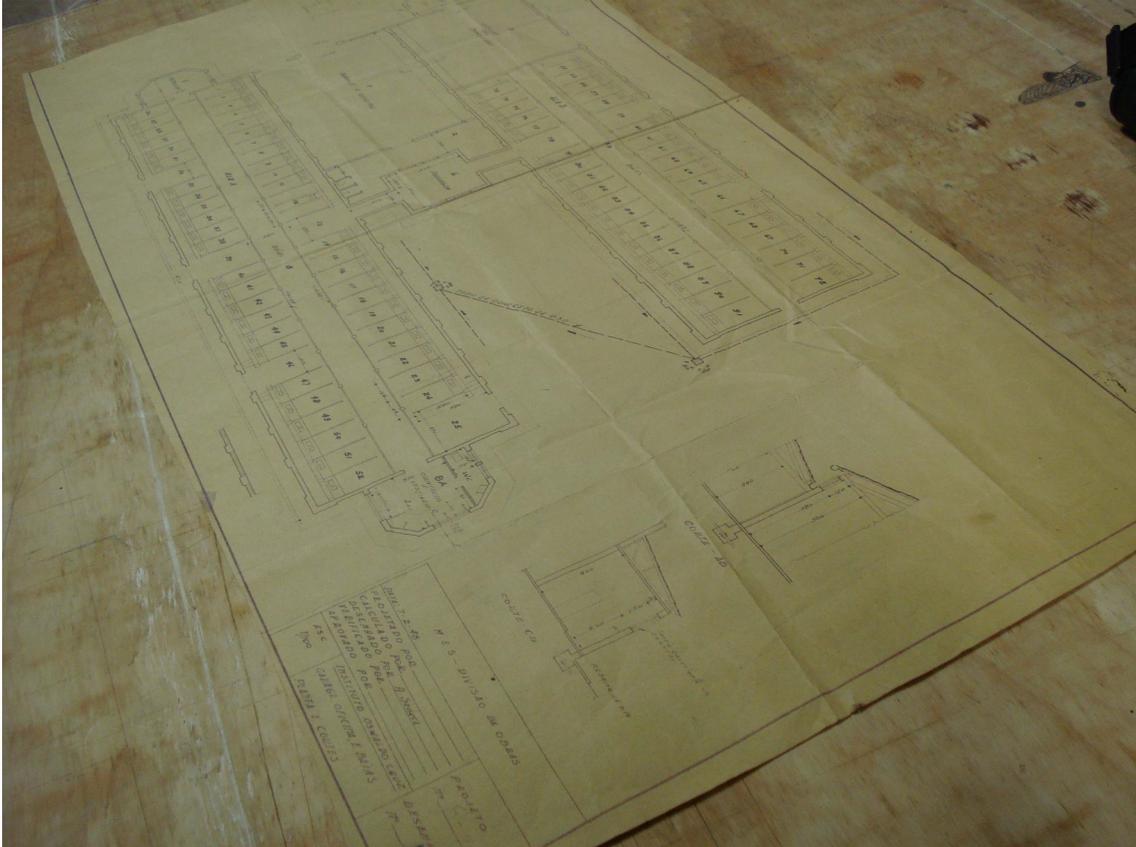
Fonte: Arquivo da Marinha do Brasil.



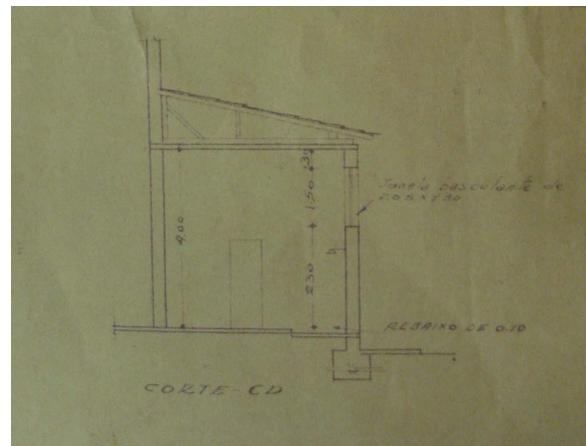
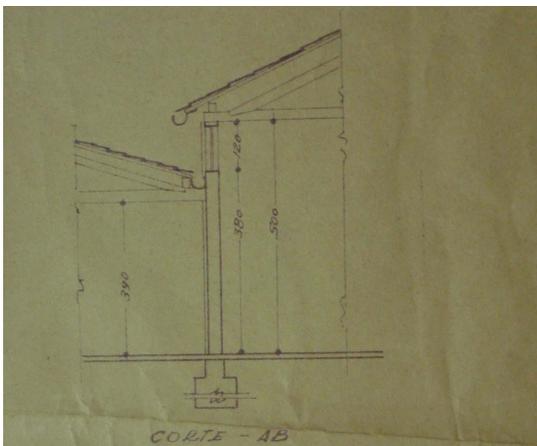


O sítio do Museu da Vida em 1933. Observa-se a edificação em “U” da estrebaria.

Fonte: Arquivo Museu Aeroespacial do Campo dos Afonsos.



Planta da Estrebaria. Década de 1940. Fonte: Arquivo DAD/COC/FIOCRUZ.



Cortes da Estrebaria. Década de 1940. Fonte: Arquivo DAD/COC/FIOCRUZ.

Nas estrebarias do instituto os cavalos eram inoculados para a produção de soro (possivelmente para a febre amarela). O processo era o seguinte: eram retiradas

toxinas do vírus, e essa eram injetadas nos cavalos até que estes animais produzissem anticorpos para combater a doença. Então eram realizadas sangrias, e desse sangue era separado o soro. O animal ficava enfraquecido e precisava de uma injeção de fortificante. Após a filtragem do soro produzido pelo animal, esse soro era colocado em frascos-ampolas e aplicados em humanos muito doentes.

Essa edificação sofreu algumas mudanças de uso e já no final da década de 1970 funcionava como uma oficina. A antiga estrebaria foi demolida nos primeiros anos da década de 1980, possivelmente para abrigar o primeiro projeto do Instituto Nacional de Controle de Qualidade em Saúde (INCQS), nunca executado. Os seus arredores ainda não haviam sido ocupados por edificações e o projeto do INCQS era estratégico para a instituição que crescia em atuação e importância na área da saúde pública.

Em 1994, o sítio da antiga estrebaria já era considerado um espaço ocioso, cercado por uma rede de serviços de apoio ao instituto - garagens e oficinas de manutenção. Foi então com o objetivo de explicitar a unidade do plano diretor de 1988, para superar a crítica da fragmentação e o aproveitamento de espaços ociosos que a área foi ocupada pelo MV⁵. Em 1997 foi aprovado no IPHAN os projetos de paisagismo para o Parque da Ciência - executados em 1999.

Ao longo do século XX, a instituição ampliou sua atuação na saúde pública, deixando para outras instituições públicas, como o Instituto Butatã em São Paulo, a missão específica da produção de soros. Apesar dessa não ser mais a missão principal da instituição, a FIOCRUZ ainda abriga alguns animais⁶ para esses experimentos.

3.2 PESQUISA DA DRA. MARIA DA CONCEIÇÃO BELTRÃO (1966-1987)

O campus Manguinhos é um sítio histórico que abriga vestígios arqueológicos pré-históricos e históricos. Esse potencial arqueológico do campus foi revelado em pesquisa realizada na década de 1960, em razão de uma forte chuva que provocou a queda de uma parte do barranco que está localizado o Pavilhão Rockefeller. A pesquisa desenvolvida teve a colaboração do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. A pesquisa em colaboração com o Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, foi iniciada em 1966 e concluída em 1987⁷.

A pesquisa arqueológica foi coordenada pela professora Maria da Conceição de Moraes Coutinho Beltrão, e foi desenvolvida dentro do “Projeto Manguinhos: arqueologia e ocupação física”. Este deu origem ao projeto “Sítios pré-históricos e megafauna extinta no Brasil”, que pesquisou diversos sítios com o objetivo de determinar seu potencial pré-histórico arqueológico.

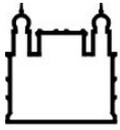
Durante este período de pesquisa, em Manguinhos, foram identificados materiais de descarte do século XIX (louças, cerâmicas e material de laboratório), vestígios de duas ocupações holocênicas⁸ de assentamentos tupinambás em duas fases (o primeiro datado no período entre 500 d.C. a 1.500 d.C. e o segundo que correspondia as

⁵ Consta no Projeto de criação do MV, assinado por Paulo Gadelha (documento em acervo do DPH) que com o objetivo de “explicitar a unidade do plano diretor para superar a crítica da fragmentação e ‘aproveitamento de espaços ociosos’ que o espaço Museu da Vida foi implantado.

⁶ O CECAL possui dois cavalos para a inoculação.

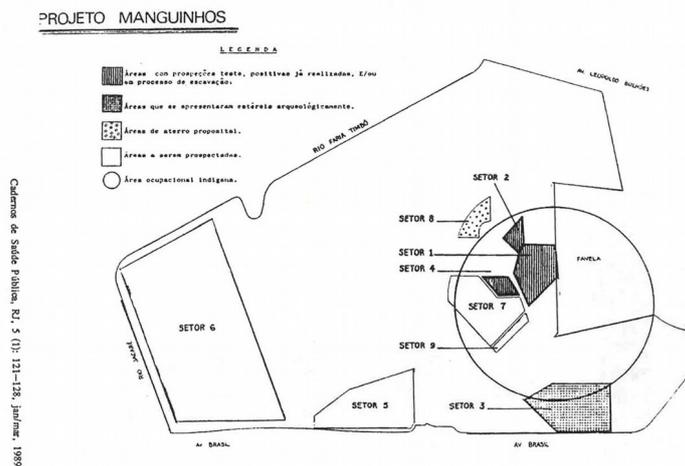
⁷ Consta nos arquivos da Assessoria de Arqueologia do Instituto do Patrimônio Histórico Nacional do Rio de Janeiro (IPHAN-Rio) a abertura, neste período, de duas portarias (1966 e 1973) para a pesquisa no campus de Manguinhos. Ambas foram solicitadas pela Dra. Beltrão.

⁸ São ocupações com menos de 11.000 anos.

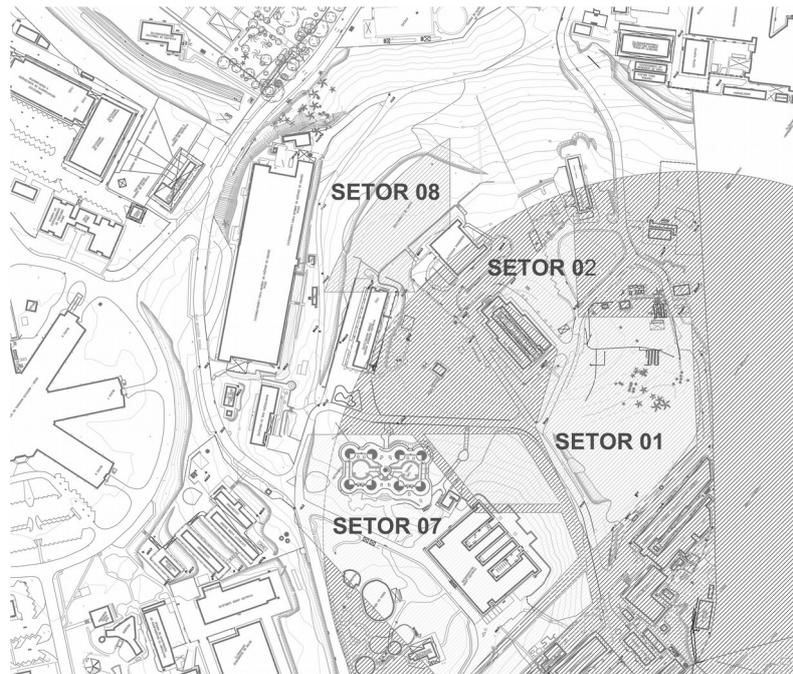
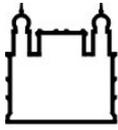


descrições históricas de 1557), vestígios de ocupações humanas pleistocênicas (artefatos da indústria lítica em quartzo) e ossos e dentes de *Equus*, os quais a arqueóloga coordenadora sinalizou que poderia ser do período histórico. Dentre esses resultados da pesquisa, o mais consistente foi a identificação e delimitação do assentamento indígena tupinambá na área que engloba não apenas o Núcleo Arquitetônico e Histórico de Manguinhos (NAHM), mas também parte da Comunidade do Amorim (BELTRÃO, 1989). Esse material foi agrupado em uma pequena coleção de peças cerâmicas e utensílios de laboratório que está, hoje, sob a guarda do Museu Nacional.

O sítio arqueológico de Manguinhos foi inscrito em 1966 na Ficha de Cadastro Nacional de Sítios (CNS) do Instituto do Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN).



Planta da localização das áreas escavadas entre 1966 e 1987. Fonte: BELTRÃO, 1989.



Base atual do campus com áreas escavadas (setores) entre 1966 e 1987. Fonte: Adaptação de BELTRÃO, 1989.

3.3 ACHADOS DE 1988 À 2009

Na tentativa de normatizar a ocupação do *campus*, a FIOCRUZ contratou a elaboração de um Plano Diretor - executado pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM). No documento final do Plano Diretor do *campus*, elaborado entre 1987 e 1988, é afirmado o potencial arqueológico do *campus*. Apesar disso, os achados arqueológicos não foram foco de recomendações ou diretrizes específicas. O documento não chega a identificar os trabalhos ou pesquisas que o fundamentaram para fazer a afirmação.

Para a elaboração do Plano Diretor de 1988 foram coletados e analisados, entre outros pontos, os dados físicos do sítio, os dados políticos da região administrativa e do território, e os dados históricos de fontes textuais e até testemunhos de antigos funcionários. No entanto, não constava do escopo do plano a avaliação do potencial arqueológico do sítio. Inclusive, a localização da aldeia tupinambá não chegou a ser identificada em nenhum documento ou estudo do plano diretor.

Assim, após a conclusão da pesquisa da Dra. Beltrão, a jazida cadastrada não foi mais objeto de novos estudos. No entanto, a área edificada do *campus* continuou sendo ampliada nas décadas seguintes.

Durante a década de 1990, foram realizadas descobertas fortuitas no sítio do atual Museu da Vida (MV/COC). Durante a implantação do projeto do Parque da Ciência, segundo relato oral do pesquisador Joel Majerowicz⁹ (Diretor CECAL/ FIOCRUZ), foram encontradas no sítio, durante a movimentação de terra, carcaças de animais – possivelmente cavalos. Segundo o arquiteto paisagista Domingos Naime¹⁰ (Presidência/FIOCRUZ) também foi identificado, naquela ocasião, vestígios de um

⁹ Em relato oral no dia 07 de abril de 2010.

¹⁰ Em relato oral no dia 26 de abril de 2010.

pavimento em pedra em um local onde hoje está situado o espelho de água. O antigo pavimento foi mantido e encoberto pelo novo revestimento da praça.

Ainda, segundo o relato de Naime, já na ocasião da celebração do dia da árvore, no início da década de 2000, foi planejado o plantio de novas árvores na praça. Foram realizados furos no gramado e descobertos vestígios de um pavimento semelhante ao da cavalaria. Como muitos desses pavimentos impediam o plantio das mudas de árvores, por estarem muito próximos da superfície, optou-se por tampar novamente os buracos. Assim o pavimento não foi destruído e foram marcados os locais desses buracos através de seu enchimento com areia. Apesar do IPHAN não ter sido acionado, o procedimento seguiu o recomendado pela instituição.



Localização dos buracos abertos e tampado com areia. Fonte: DPH/COC/FIOCRUZ.

A partir de 2007, a COC e o Departamento de Patrimônio Histórico (DPH) incorporam a suas metas o estudo e a pesquisa arqueológica, como subsídio a programas de implantação de políticas de paisagem em seus *campi* com reconhecido valor histórico e de patrimônio comum¹¹. Esta iniciativa atendeu a uma política institucional de apoio à preservação de bens culturais, iniciada em 2003, da Presidência através do contrato de um Diagnóstico arqueológico do sítio da Colônia Juliano Moreira (futuro *campus* Mata Atlântica) e também se apoiou na legislação específica (Lei Federal 3924/1961,

¹¹ A COC é mantedora de um acervo histórico não apenas documental, mas também arquitetônico. Foi criada em 1986, concebida como um centro de documentação e pesquisa dedicado à preservação da memória e da história da FIOCRUZ. Hoje, a COC ampliou sua esfera de atuação no âmbito da ciência e tecnologia em saúde, desenvolvendo atividades de educação, informação e divulgação científica. O Departamento do Patrimônio Histórico (DPH) é o responsável por cuidar deste patrimônio arquitetônico. O DPH foi criado em 1989 como órgão oficial de gestão do patrimônio cultural da FIOCRUZ, possui dentre suas missões o serviço técnico de documentar, conservar e valorizar os bens materiais de interesse histórico em seus diferentes campi tecnológicos.

Portaria SPHAN nº7/1988, Portaria SPHAN nº230/2002, Decreto Lei 25/1937 e Decreto Municipal nº22.872/2003) e nas recomendações da Carta de Veneza (ICOMOS, 1964) e da Carta da Paisagem Cultural (IPHAN, 2007).

Assim, a partir de 2008 o DPH/COC iniciou estudos para contratar um serviço de identificação do potencial arqueológico do *campus* de Manguinhos e para *campus* Mata Atlântica. Esses serviços foram contratados e realizados em 2010.

4. PROCEDIMENTOS ADOTADOS

4.1 DESCOBERTA FORTUITA DA ESTREBARIA

Em março de 2010, em ocasião da abertura de valas para uma obra civil executada pela Infra-estrutura da COC – a reforma do estacionamento do Museu da Vida (MV) - a engenheira Fernanda Beux (Infra-COC/FIOCRUZ) informou ao DPH da descoberta de uma surpreendente diversidade de fragmentos de cerâmica nas valas escavadas. A indagação deu origem à uma investigação histórica da ocupação daquela área. E logo, a escavação trouxe a tona novos vestígios de uma ocupação de um passado recente do instituto esquecido.

Seguindo as recomendações do artigo 18 da lei nº 3.924, de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos, o Departamento do Patrimônio Histórico (DPH/COC/FIOCRUZ) solicitou a paralisação das obras e encaminhou a Assessoria de Arqueologia da 6ªSR do IPHAN um relato das descobertas fortuitas realizadas durante os serviços de Recuperação dos Revestimentos do Auditório e dos Acessos do Museu da Vida.

Os vestígios descobertos foram identificados como sendo de uma antiga edificação - a antiga Estrebaria. Os achados arqueológicos naquele momento foram: colunas de concreto armado da edificação com fundações do tipo bate-estaca, frascos-ampolas com medicação (preservado em seu interior), cuba metálica revestida por ágata e uma variedade de fragmentos de utensílios domésticos em cerâmica e de tijolos.



A aparência da antiga estrebaria. Fonte: DAD/COC/FIOCRUZ.

Enquanto a obra estava paralisada, foram realizados os trabalhos de triagem, de coleta e de proteção dos vestígios, seguindo a orientação dada pela arqueóloga Dra. Rosana Najjar da Assessoria de Arqueologia do IPHAN-Rio. Grande parte do material salvo foi recolhido na superfície ou salvo do monte de terra preparado para o descarte da obra. Por isso, não foi possível identificar as suas camadas arqueológicas. O material não foi limpo com água, a fim de conservá-lo. O material selecionado foi fotografado e está atualmente sob a guarda do DPH, acondicionado em sacos plásticos e caixas box.

Já os superartefatos encontrados – três bases de colunas da edificação –, seguindo a solicitação da Assessoria de Arqueologia, foram alvo de estudo para determinar o tipo de fundação: em bate-estaca. Foi realizada uma escavação em volta de uma coluna e retirada uma amostra de concreto para que futuros exames científicos indiquem sua composição. Essa amostra está protegida da luz por plástico negro. Como no local em que estavam localizados os vestígios das colunas seria executado uma calçada, foi recomendado a sua proteção. Assim, antes da concretagem da calçada, as estruturas das colunas expostas seriam envolvidas por uma tela fachadeira e soterrada por uma camada de areia. Esse serviço foi registrado e acompanhado pelo DPH no mês de julho. Também foram realizados pelo DPH os levantamentos fotográficos e de locação destes vestígios.



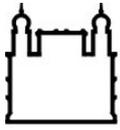
As três bases de colunas identificadas. Fonte: DPH/COC/FIOCRUZ.

4.2 NOVAS DESCOBERTAS

No dia 26 de abril, o DPH recebeu a informação que uma nova trincheira no local havia sido aberta e que pisos estavam sendo destruídos por operários de uma obra. Essa obra estava sendo realizada pela Diretoria de Administração do Campus (DIRAC/FIOCRUZ) para a modernização dos cabos de telefonia do MV. Imediatamente foi verificada a destruição e solicitada a paralisação da obra à unidade responsável.

A trincheira escavada tinha a forma de “L”. Uma das suas “pernas” teve seu piso (modulado em forma de gomos) destruído por completo durante a obra. Nesta, só foi salvo o vestígio da calha de dejetos, que estava em um nível mais profundo do que o piso. Assim, identificou-se a calha para o dejetos dos cavalos, a marcação de (04) baias de cavalos, dois tipos de piso (área molhada e área dos cavalos) e uma parte de uma parede interna. Coletou-se fragmentos de azulejos (brancos), peças inteiras de cerâmicas (cantonetas e rodapés) e pedaços dos pisos quebrados pela obra.

Os técnicos responsáveis pela obra informaram que no projeto os cabos de telefonia chegariam pela calçada até a caixa de telefonia existente, localizada no estacionamento do MV. Para isso, a vala aberta receberia cabos encapsulado por concreto e que uma nova caixa de telefonia precisava ser construída no local. Após uma reunião, no local, com representantes da COC e da DIRAC, foi inicialmente descartado um caminho alternativo através da galeria de águas pluviais existente. Esta galeria – construída na década de 1990 – já havia sofrido intervenções para passagem da infra-estrutura do MV e foi considerado como um caminho complicado por concentrar diversos cabos de infra-estrutura. Diante desse impasse, o DPH entrou em contato com a Assessoria de Arqueologia durante esta reunião. Por telefone, arqueóloga Rosana Najjar da Assessoria de Arqueologia do IPHAN-Rio informou a sua impossibilidade de ir ao local e sugeriu que fosse contatada a arqueóloga contratada para o serviço de potencial arqueológico do *campus*, a fim desta contribuir com o parecer.



A aparência da trincheira aberta pelos operários para a obra de modernização da rede de telefonia. A foto à esquerda mostra o trecho do piso da estrebaria que foi destruído e à direita o piso salvo. Fonte: DPH/COC/FIOCRUZ.

A arqueóloga Tânia Andrade Lima visitou o local no dia 27 de abril, com o objetivo de dar um parecer sobre a gestão dos vestígios da antiga estrebaria e sua compatibilidade com o escopo do serviço de modernização da rede de telefonia. Ela esclareceu que não seria recomendado, mesmo com a correta proteção dos vestígios, o encapsulamento dos tubos por concretagem ao longo da vala. Ela informou que a caixa de telefonia somente poderia ser feita na área que já possui perda de piso, sendo possível a retificação por corte cuidadoso ao seu redor. No entanto, observou, ainda, que a vala aberta tem como limite uma parede interna da estrebaria e que qualquer rasgo nesta seria proibido. Essa estrutura exposta já estaria muito frágil.

Foi encaminhada uma solicitação à equipe da DIRAC, diante desses empecilhos e cuidados, para que eles verificassem a possibilidade de execução do serviço. Saliu-se, no entanto, que qualquer nova proposta deveria ser encaminhada à Assessoria de Arqueologia do IPHAN para sua aprovação. Foram realizados estudos alternativos pela DIRAC e, finalmente, foi ponderado que seria realizada uma passagem alternativa ao longo da calçada do estacionamento que chegaria a caixa de fiação telefônica do MV através da galeria já existente. Os trabalhos transcorreram durante o mês de junho sem ocorrências ou danos aos vestígios.

Durante os meses de abril e maio o DPH realizou os serviços de limpeza do piso e a prospecção da parede, com o objetivo de verificar sua largura e profundidade. No entanto, algumas peças cerâmicas da parede não resistiram à retirada do aterro e cederam. Todas essas peças foram recolhidas e guardadas, juntamente ao restante do material recolhido, pelo DPH. Apesar de muito encharcada pela umidade, a parede

ficou intacta. Também se conseguiu identificar e coletar uma amostra de tijolo da construção. Este é maciço e não apresenta marcas ou inscrições visíveis. Foi acondicionado em saco plástico e guardado em caixa box.

Em junho os trabalhos de limpeza, mapeamento e levantamento fotográfico da nova trincheira foram concluídos e, enfim, a trincheira pode ser fechada. Novamente, o fechamento dessa estrutura arqueológica seguiu as recomendações da Assessoria de Arqueologia do IPHAN-Rio. A estrutura limpa foi coberta por tela fachadeira e aterrada com uma camada de areia e outra camada de terra.

Ao interceptar as obras já em andamento, o DPH encontrou novos e significativos vestígios da antiga construção. O que mais chamou a atenção foi a similaridade entre os pisos, as cantonetas e os rodapés da antiga estrebaria e da Cavalaria, bem como ao dos primeiros prédios do Instituto Soroterápico Federal – o embrião da FIOCRUZ –, projetados pelo engenheiro e arquiteto português Luiz Moraes Júnior.



A foto à esquerda mostra os revestimentos utilizados na Cavalaria de 1905 e à direita os revestimentos aplicados na estrebaria. Fonte: DPH/COC/FIOCRUZ.

Todo o trabalho de redescoberta e de proteção dos vestígios da antiga estrebaria só foi possível graças à interlocução e a colaboração entre os técnicos dos departamentos da COC – Museu da Vida, Departamento de Infra-estrutura e Departamento de Patrimônio Histórico – e da DIRAC.

4.3 DESDOBRAMENTOS DA DESCOBERTA FORTUITA: ESTUDOS DO POTENCIAL DO SÍTIO

A partir dessa descoberta, foram realizados pelo NEUAS três outros estudos, o “Levantamento histórico sobre vestígios do século XIX e XX no sítio do futuro Centro de Documentação da História da Saúde da COC” (03/08/2010), o “Levantamento do potencial arqueológico da Antiga Cocheira e proposta para a gestão de seus vestígios” (25/10/2010) e a planta do *campus* com a sobreposição das décadas.

Esse primeiro levantamento teve o objetivo de responder a demanda imediata (01/06/2010) solicitada pela coordenação do Serviço de Conservação e Restauração sobre o potencial arqueológico no sítio do futuro Centro de Documentação da História da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz (COC) no *campus* Manguinhos. A investigação visa auxiliar na previsão de problemas antes do início do serviço de execução preliminar do Centro de Documentação da História da Saúde da COC.

Para o desenvolvimento do levantamento foram consultadas fontes textuais e fontes iconográficas, bem como realizado estudo comparativo, baseado na análise fotográfica histórica e na situação atual do sítio. As descrições, fotografias e mapas coletados permitiram traçar a evolução do sítio e determinar a provável localização dos vestígios arquitetônicos da chaminé e do depósito do incinerador. A identificação das estruturas arquitetônicas pré-existentes, anteriores à construção do Instituto Soroterápico de 1900, e com vestígios materiais ainda visíveis foram essenciais nesse estudo.

O segundo levantamento tinha como objetivo auxiliar a equipe da Infra-estrutura da COC na reforma da Antiga Cocheira, atual Reserva Técnica do Museu da Vida. Foi solicitada pela coordenadora da Infra-estrutura. Foi encaminhado um breve histórico da edificação e recomendações para a preservação e exposição do pavimento original da entrada da edificação.

O terceiro estudo foi elaborado a partir da planta atual do *campus* cedida pela DIRAC (2009) e teve como base a coletânea de mapas do crescimento do *campus* elaborados pelos técnicos do DPH - Renato Gama Rosa Costa, Alexandre Pessoa e Benedito Oliveira - que deu origem ao livro “Um lugar para a ciência: a formação do *campus* de Manguinhos”. O estudo utilizou como ferramenta básica os vestígios arquitetônicos para buscar identificar o potencial arqueológico. Foram reproduzidos digitalmente todos os mapas das décadas e montados como *layers* em dwg. Neste processo, as edificações demolidas foram mapeadas separadamente das edificações originais que, mesmo sofrendo ampliações, permaneceram. A partir disso, foram subtraídas as estruturas remanescentes. Ao fim do trabalho, foi possível identificar a provável localização de todas as estruturas que não existem mais no *campus*.

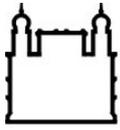
5. DOCUMENTAÇÃO DESCRITIVA E FOTOGRÁFICA DOS SERVIÇOS

08/03 – Técnica da INFRA-COC pede colaboração.

A engenheira do Departamento de infra-estrutura da COC que acompanhava a obra (Fernanda Beux) chamou o DPH para identificar se os achados, devido a abertura de buracos para as caixas de drenagem, tinham algum valor histórico. Em visita ao local (08/03) os achados mostraram-se se tratar de material de aterro descontextualizado – fragmentos de telhas, tijolos e cerâmicas formando camadas. A suposição, inicial, de se tratar dos vestígios dos fornos de incineração, depósitos e chaminé foi descartada, devido a pesquisa de sobreposição de mapas encaminhado a fiscal em 09/03.

10/03 – Levantamento fotográfico.

A técnica do DPH (Inês El-Jaick Andrade) faz levantamento fotográfico e métrico dos buracos abertos (quadrantes) e solicita que operários fiquem atentos durante as movimentações de terra para novos achados.



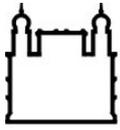
*Camada de 8cm de material de entulho a 40 cm do solo (profundidade do buraco de 68cm).
Fonte: DPH/COC/FIOCRUZ*



*Trabalho de abertura de valas e buracos para a obra de drenagem do estacionamento do MV.
Fonte: DPH/COC/FIOCRUZ*

15/03 – Encontrados artefatos.

Durante os serviços, os operários encontraram seis frascos-ampolas lacrados e uma cuba de metálica revestida por grés. A engenheira da Infra-COC foi informada e solicitou que eles não descartassem o material e entregassem a técnica do DPH. Durante a entrega, outros dois frascos foram encontrados pelos operários, todos intactos.



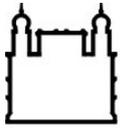
Ministério da Saúde

FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



Casa de
Oswaldo Cruz





Cuba metálica encontrada a uma profundidade de 60cm. Encontrada no buraco n.4 da segunda caixa de fibra ótica. Neste mesmo buraco foi identificada uma tubulação em ferro, de origem-destino desconhecidos. Fonte: DPH/COC/FIOCRUZ



Frascos de vidros de medicamento (com líquido desconhecido dentro), fechados com tampa de alumínio, encontrados agrupados a uma profundidade de 40cm no mesmo buraco da cuba e da tubulação. Fonte: DPH/COC/FIOCRUZ



Frascos-ampolas coletados e guardados no DPH. Fonte: DPH/COC/FIOCRUZ

18/03 – Encaminhamento de solicitação de paralisação do serviço pela INFRA-COC.

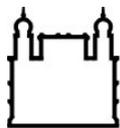
Durante os serviços de escavação da obra “Recuperação dos Revestimentos do Auditório e dos Acessos do Museu da Vida”, a cargo do Departamento de infraestrutura, nesta semana (15/03), foram encontrados vestígios de entulho de obra, alicerces antigos, tubulação desconhecida de ferro e artefatos arqueológicos (cuba metálica e vidros de medicação com líquido dentro). A fiscal da obra do Departamento de infra-estrutura chamou o DPH para analisar os achados. Após pesquisa, acreditamos se tratar dos vestígios da antiga estrebaria, projetada na década de 1930 pelo arquiteto Luiz Moraes Jr.- celebre arquiteto responsável pela implantação das edificações históricas do NHAM. Diante do exposto, solicitamos a paralisação das obras imediatamente, pois em visita hoje ao local (18/03), foi informado que estão programados para amanhã a concretagem das formas das caixas. Cabe ressaltar que a passagem das tubulações já foram envelopadas com concreto e tampadas e, além disso, a grande parte da terra retirada já foi descartada. Justificamos, ainda, que essa paralisação temporária é necessária para locarmos os pontos encontrados e informar a Assessoria de Arqueologia do IPHAN-Rio, seguindo a lei federal nº 3.924 de 26 de julho de 1961, da nossa descoberta fortuita de artefatos arqueológicos (Artigo 18).

19/03 – Levantamento e elaboração de planta de locação dos vestígios

A técnica do DPH, acompanhada pela arquiteta Carla Coelho e a estagiária Lidiane, realizou no dia 18/03 o levantamento da locação dos alicerces e colunas e está, no momento, elaborando planta gráfica de locação dos vestígios.

06/04 – Visita de técnico de arqueologia do IPHAN

Na segunda feira (06/04) a técnica Rosana Najjar, acompanhada da estagiária Nathália, esteve na FIOCRUZ para analisar a descoberta fortuita dos vestígios da antiga estrebaria. Ela visitou o sítio, viu os vestígios e conversou com a fiscal (Luciana Falcão) do contrato, a engenheira Fernanda Beux e com a representante do DPH (Inês El-Jaick Andrade). Ela concluiu que o sítio apresenta um elevado potencial (histórico) arqueológico e merece futuras pesquisas. Ela recomendou prospecções no alicerce (mais superficial do estacionamento) e a coleta de fragmentos encontrados no local - no monte de terra. Recomendou, ainda, que o descarte da terra fosse acompanhado pelo DPH. Indicou os procedimentos adequados para a proteção dos alicerces que receberão pavimentação - vestígios devem ser envelopados com tela fachadeira e receber camada de areia. Mostrou preocupação com a gerencia do vestígio dos alicerces, solicitando o envio da solução encontrada pelos projetistas à Assessoria do IPHAN-Rio. Por fim, solicitou documentação do levantamento histórico e dos achados *in loco*, a fim de documentar o potencial do sítio histórico arqueológico.

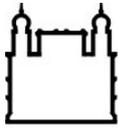


Técnicos envolvidos. Fonte: DPH/COC/FIOCRUZ

08/04 – Execução dos serviços solicitados para garantir a liberação da obra:

Hoje (08/04) realizamos a prospecção do alicerce e iniciamos a coleta *in loco*. Foi identificado o sistema estrutural como do tipo bate-estaca. O "alicerce" que envolve o pilar possui cerca de 70cm de profundidade e é composto por entulho e cimento. Não foram identificados degraus ou outros elementos. Foi realizada uma abertura de 1.10m de profundidade, nos três lados, e mesmo assim não foi possível determinar a profundidade do pilar ("poste"). Foi coletada argila do fundo o buraco aberto e coletado amostras do cimento do pilar e do alicerce. O local voltou a ser fechado. Auxiliaram nesta tarefa dois operários da empresa contratada para a obra do estacionamento.

Concluiremos amanhã (09/04) este serviço de coleta *in loco*. Assim, a obra estará liberada. Restando apenas o acompanhamento do DPH na discussão com a Infra da COC da proteção dos vestígios do alicerces (em especial o mais superficial). Todo o material recolhido está sendo condicionado, sem lavagem, em sacos plásticos e caixas. Ficará sob a guarda do DPH, aguardando a recomendação do IPHAN. Está auxiliando a técnica do DPH na seleção do material um servente da empresa SM21.



Coleta de vestígios no local. Fonte: DPH/COC/FIOCRUZ.

09/04 – Auxílio no INCQS para realizar a pesquisa nos frascos-ampolas:

Buscamos no INCQS auxílio para realizar testes do conteúdo dos frascos-ampolas. Explicamos a descoberta e conseguimos conversar com a Dra. Cristina Maia Cruz do Departamento de Química. Esta indicou outros dois pesquisadores e se propôs a entrar em contato com eles, para verificar quem poderia ajudar.



Frascos-ampolas encontrados na escavação. Arquivo DPH/COC/FIOCRUZ.



Artefatos encontrados na escavação - Frascos-ampola – sem rótulo e com lacre. Arquivo DPH/ COC/FIOCRUZ.

20/04 – Resposta do contato do INCQS:

A Dra. Cristina Maia Cruz encaminhou e-mail indicando a pessoa para nos auxiliar.

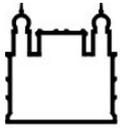
Reprodução de resposta encaminhada por e-mail ao contato do INCQS:

“Prezada Dra. Cristina Maia Cruz,

Temos interesse sim. Agradeço muito a atenção e ajuda da senhora. Como o artefato é arqueológico, o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), em visita ao sítio histórico em 09/04, aprovou a abertura de um frasco-ampola e solicitou que um representante deles acompanhasse o "ensaio". Como devo proceder agora? Posso providenciar com minha chefia um documento oficial solicitando da direção do INCQS essa colaboração ou ao Dr. Felipe Quirino da Silva?”.

26/04 – Abertura de trincheira pela DIRAC e solicitação de paralisação temporária do serviço.

No dia 26 de abril o DPH foi avisado pelo arquiteto Ubiratan Pimenta (Seção de Operações Técnicas do Museu da Vida) da descoberta e a destruição de um pavimento em ladrilho hidráulico (semelhante ao da Cavalaria) no estacionamento do museu. O piso estava sendo quebrado por operários de empresa contratada pela DIRAC/FIOCRUZ no mesmo local em que o DPH paralizou as obras da Infra-COC. Apesar de parte do piso ter sido destruído, na trincheira aberta e intacta identificamos o piso original da estrebaria, inclusive a calha e as divisões das baias dos cavalos. Imediatamente, entramos em contato com a fiscal da DIRAC, responsável pela obra, a arquiteta Fabiana Arcanjo para solicitar reunião para informar da necessidade de proteger esses vestígios. Participaram desta reunião a representante do DPH, a fiscal da Infra da COC (responsável pela reforma, em andamento, do estacionamento do



MV) e o grupo da DIRAC responsável pelos serviços da rede de telefonia. Foi apresentado pelo grupo as dificuldades e ponderadas soluções para realizar o serviço: continuar o serviço e escavar caixa na área com o piso já removido ou não realizar o serviço. Foi realizada consulta, por telefone, à arqueóloga Rosana Najjar (IPHAN), que informou que só poderia visitar as escavações na FIOCRUZ na semana seguinte. Ela sugeriu que a arqueóloga, contratada pelo DPH, Dra. Tânia Andrade Lima indicasse seu parecer sobre as soluções encaminhadas pelo grupo e na semana seguinte ela informaria sua aprovação ou não.



Técnicos envolvidos nas discussões durante a reunião. Fonte: DPH/COC/FIOCRUZ.

27/04 – Trabalhos de salvamento de vestígios e visita da arqueóloga Tânia Andrade Lima:

Hoje, foi iniciado pela manhã o trabalho de limpeza da trincheira aberta e coleta do material arqueológico. Está auxiliando a técnica do DPH um servente da empresa SM21. Na parte da tarde a arqueóloga Tânia Andrade Lima visitou o local, com o objetivo de dar um parecer sobre a gestão dos vestígios da antiga estrebaria e sua compatibilidade com o escopo do serviço de modernização da rede de telefonia da DIRAC. Ela compareceu no local e esclareceu que não é recomendado, mesmo com a correta proteção dos vestígios, o encapsulamento dos tubos por concretagem ao longo da vala. Ela informou que a caixa de telefonia somente poderá ser feita na área que já possui perda de piso, sendo possível a retificação por corte cuidadoso ao seu redor. No entanto, observou-se, ainda, que a vala aberta tem como limite uma parede interna da estrebaria e que qualquer rasgo nesta é proibido. A estrutura exposta está muito frágil.

29/04 – Recebimento de aceite do INCQS e solicitação de carta oficial pela chefia do DPH:

Recebi resposta do contato no INCQS (Felipe Quirino da Silva). Eles aceitaram, mas informaram que deve demorar de um a dois meses. Encaminhei pedido à chefia do

DPH (Márcia Franqueira) solicitando essa análise pelo Departamento de Química do INCQS.

10/05 – Levantamento dos níveis do piso da estrebaria:

Realizamos o levantamento dos níveis do piso da estrebaria. A técnica Fernanda Beux colaborou e acompanhou os serviços com a técnica do DPH. O serviço foi executado por três operários da empresa SM21.



Execução de serviço de levantamento para determinar os níveis do piso da estrebaria em relação à rua. Fonte: DPH/COC/FIOCRUZ.

07/06 – Visita de técnica de arqueologia do IPHAN:

A arqueóloga Rosana Najjar do 6ºSR/IPHAN esteve no DPH ontem (07/06) as 11:30h para visitar a trincheira e dar seu parecer do fechamento dela. Apresentamos a pesquisa que está sendo realizada para contextualizar os vestígios da antiga estrebaria e o relato fotográfico do acompanhamento das ações desenvolvidas na trincheira.

Ela não apresentou problemas para o fechamento da trincheira e especificou o que deveria ser feito: tela plástica, do tipo fachadeiro (na cor verde sugerido por Tânia ou outra cor), deve cobrir os vestígios, e sobre esta deve ser colocada uma camada de 15cm de sedimento do tipo areia e, após esta camada, finalmente o sedimento do tipo terra (de preferência sem entulho). Uma vez que o entulho já foi objeto de coleta pelo DPH, este pode ser descartado. Observou, que a parede encontrada deve ter atenção especial, pois é uma estrutura frágil (tijolos). Assim, além do que foi especificado para o restante da trincheira, régua de madeira (que já existem no local) devem ser colocadas no topo e na face da parede, sobre o primeiro sedimento.



Trincheira já limpa evidenciando, á esquerda, a calha de esgotamento e à direita as bases das baias dos cavalos e no fundo a parede frágil protegida por tábuas de madeira. Fonte: DPH/COC/FIOCRUZ.

Ficou acertado que a pesquisa seria entregue após o fechamento da trincheira, inclusive com relatório fotográfico.

Ela também fez algumas observações sobre o sítio e os demais vestígios no *campus*. A área dos vestígios do século XIX (da chaminé e fornos) precisa ser pesquisada. Ela acredita que a base ainda deve estar enterrada. Ela sugeriu que a partir da pesquisa no NEUAS e do resultado da pesquisa do potencial da Tânia seja encaminhado um pedido para a pesquisa arqueológica destes vestígios. Também observou que o vestígio arqueológico do cais (na expansão) não se resume a estrutura linear de atracamento, mas que a "boca" deste é extremamente importante. Por isso, qualquer futuro projeto de intervenção precisa ser extremamente cuidadoso e avaliado. Ela ainda, salientou a importância de pesquisar esse vestígio através do potencial arqueológico e da pesquisa arqueológica.

Por fim, ela enfatizou a importância do agenciamento dos vestígios da descoberta fortuita e do produto da pesquisa do potencial arqueológico na educação patrimonial. Informamos que a educação patrimonial estava sendo contemplado no trabalho de Tânia através das visitas realizadas pelo Museu da Vida. Ela observou que deveria ser pensado um programa global para o agenciamento desses vestígios que contribuam para reconstituir sua volumetria (ex.: janelas arqueológicas, painéis fotográficos com acetado de "antes-depois", marcações do piso da estrebaria e reconstituição da volumetria das portadas da edificação), pensado caso a caso. Compreendeu que esse programa de agenciamento deve ser realizado em um próximo trabalho, posterior a pesquisa do potencial arqueológico, mas não de longo prazo.

05/06 – Projeto de passagem alternativa da DIRAC

A Dirac iniciou os serviços de abertura de passagem de caminho alternativo, no qual as tubulações correm ao longo da calçada do estacionamento e não interfere com a estrebaria. Nenhuma ocorrência foi observada.



Passagem alternativa através da galeria já existente. Fonte: DPH/COC/FIOCRUZ

18/06 – Encaminhamento de solicitação para fechamento da trincheira ao IPHAN-Rio.

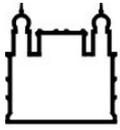
22/06 – Comunicado oficial do IPHAN-Rio de permissão de fechamento da trincheira.

26/06 - Encaminhamento de solicitação para fechamento da trincheira pela Infra-COC:

Na terça-feira passada, dia 22/06, entrei em contato com Luciana Falcão (Infra-estrutura da COC) para comunicar que já tínhamos correspondência oficial para o fechamento da trincheira. Ela informou que ia conversar com os responsáveis pela obra, verificando cronograma e disponibilidade de material, e avisaria ao DPH do dia do fechamento da trincheira para que pudéssemos acompanhar. Ainda não recebi retorno dela da previsão de data para execução do serviço.

01/07 – Fechamento da trincheira.

Acompanhamento da técnica do DPH para a execução dos serviços. Solicitação para que a fiscalização da Infra-COC nos comunicasse a data para a execução da calçada, para que pudéssemos acompanhar e registrar a proteção dos vestígios dos pilares.

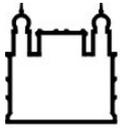


Etapas do fechamento da trincheira. Colocação da tela fachadeira e preenchimento com camada de areia. Fonte: DPH/COC/FIOCRUZ.



Preenchimento com terra e fechamento da trincheira. Fonte: DPH/COC/FIOCRUZ.





Detalhe da proteção dos vestígios da parede da estrebaria. Envolvimento com tela e preenchimento com camada de areia. Fonte: DPH/COC/FIOCRUZ.



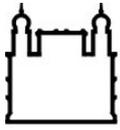
Preparação e colocação de manta de cimento magro para proteger a estrutura da parede, seguindo recomendação da Assessoria de Arqueologia. Fonte: DPH/COC/FIOCRUZ.

17/09 – Execução da primeira parte dos serviços.

Acompanhamento da primeira parte da execução dos serviços da concretagem da calçada. Duas bases de colunas foram protegidas e cobertas pelo piso cimentado. Próxima execução (da última base de coluna) está prevista para 24/09.



Serviço de concretagem das calçadas. Detalhe da preparação da primeira coluna. Fonte: DPH/COC/FIOCRUZ.



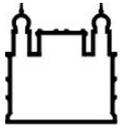
Detalhe da preparação da segunda e terceira coluna. Superfície limpa antes da colocação da tela fachadeira. Fonte: DPH/COC/FIOCRUZ.



Procedimento adotado em todos os três vestígios de coluna. Colocação da tela fachadeira e preenchimento com areia. Fonte: DPH/COC/FIOCRUZ.



Após assentada a camada de areia, é colocada a camada de cimento. Fonte: DPH/COC/FIOCRUZ.



Após uma breve secagem do cimento, a forma é retirada e é espalhada uma nova cobertura de cimento. Fonte: DPH/COC/FIOCRUZ.



A placa é regularizada e deixada secar. Fonte: DPH/COC/FIOCRUZ.

22/09 – Execução da segunda parte dos serviços.

O fechamento foi realizado seguindo as recomendações prévias. Conclusão dos serviços.

6. ATIVIDADES EM ANDAMENTO

6.1 TESTES REALIZADOS OU EM ANDAMENTO

Os artefatos – dez frascos-ampolas intactos com medicamento ainda dentro – encontrados no sítio da antiga estrebaria do IOC será encaminhada para análise. Acredita-se que esse medicamento era aplicado nos cavalos. Os frascos não possuem rótulo, apenas uma inscrição no fundo ("W33").

O DPH entrou em contato e solicitou a colaboração do Departamento de Farmacologia e Toxicologia do INCQS na identificação dos e seu princípio ativo e análise da embalagem. Os testes devem ser realizados, com a participação de técnica indicada

do IPHAN. No momento estamos aguardando o agendamento para a realização dos testes pelo INCQS.



Inscrição no fundo do frasco “W33”. Fonte: DPH/COC/FIOCRUZ.

6.2 ACOMPANHAMENTO DA CONSULTORIA DO LEVANTAMENTO DO POTENCIAL ARQUEOLÓGICO

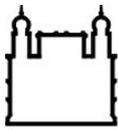
A coordenação da equipe contratada de arqueólogos é da Dra. Tânia de Andrade Lima do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Os trabalhos no *campus* foram iniciados em novembro e tem a previsão de ser concluído em dezembro.

À pedido da coordenadora do Serviço de Restauração e Conservação do DPH, gestora do contrato, o NEUAS acompanhou os trabalhos da equipe de arqueólogos. Também foram encaminhados os três estudos citados realizados pelo NEUAS - “Levantamento histórico sobre vestígios do século XIX e XX no sítio do futuro Centro de Documentação da História da Saúde da COC”, o “Levantamento do potencial arqueológico da Antiga Cocheira e proposta para a gestão de seus vestígios” e a planta de sobreposição do *campus* – e a reprodução de fotografias e mapas coletados no acervo do DAD/COC/FIOCRUZ.

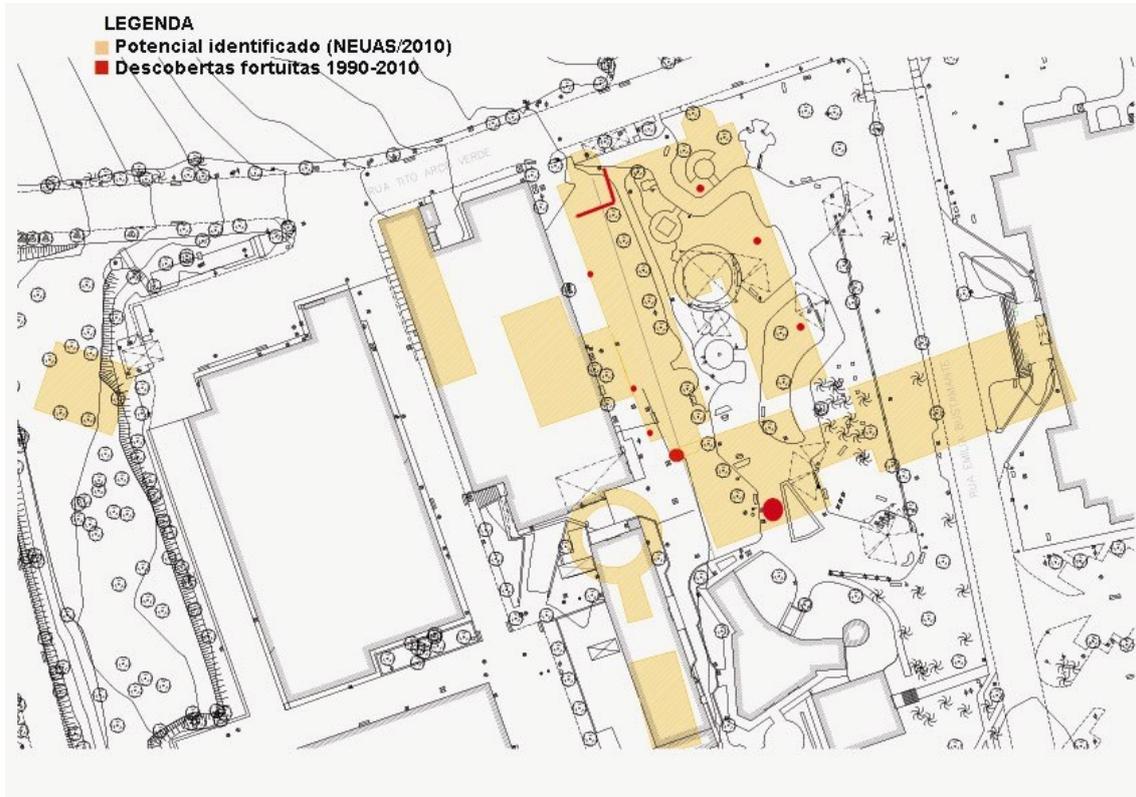
Os resultados dessa pesquisa contratada serão apresentados em relatório no ano de 2011.

7. CONCLUSÕES

O *campus* da FIOCRUZ é um sítio histórico que abrigou diferentes temporalidades históricas. A partir do século XX sua história vai estar diretamente ligada com a história da saúde pública brasileira. As edificações que ainda existem foram reformadas para abrigar novas e variadas funções ao longo do tempo. Apesar de estarem descaracterizadas sua permanência material contribui para pontuar a história de ocupação do sítio histórico da instituição. Já as edificações que não permaneceram apesar de algumas terem se perdido completamente devido ao crescimento urbano do



campus, seus sítios podem abrigar vestígios materiais que contribuam para o conhecimento da cultural material do passado. Estes vestígios são muito importantes e constituem o patrimônio arqueológico. Mas este precisa ser salvaguardado e gerido, seguindo as legislações federais.

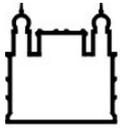


Mapa do potencial identificado por estudos do NEUAS/DPH e localização das descobertas fortuitas (1990-2010) no sítio do Museu da Vida. Fonte: DPH/COC/FIOCRUZ.

Apesar de ainda não existirem diretrizes específicas para o fomento à pesquisa arqueológica no *campus* da FIOCRUZ Manguinhos, esta, como qualquer outra instituição pública ou privada, deve cumprir a Lei Federal 3924/61, através do acompanhamento arqueológico e da comunicação imediata de achados fortuitos durante as obras de implantação, que envolvam a movimentação do solo ou que representem empreendimentos potencialmente capazes de afetar o patrimônio arqueológico. Assim, são pontuados, a seguir, os procedimentos a serem adotados em caso de descobertas fortuitas, bem como as recomendações para integrarem nos editais de licitação do corpo técnico da FIOCRUZ.

Procedimentos a serem executados pelos fiscais da obra após a descoberta Fortuita

- (1º) Descoberta fortuita de vestígios arqueológicos (Lei 3.924/61);
- (2º) Paralisação do serviço;
- (3º) Comunicação com DPH;



- (4º) Guarda do material identificado;
- (5º) Comunicação oficial e imediata à Assessoria de Arqueologia do IPHAN, para a competente avaliação e parecer de adequação dos serviços;
- (6º) Visita técnica do arqueólogo do IPHAN e emissão de parecer;
- (7º) Execução das recomendações do fiscal do IPHAN;
- (8º) Continuação dos serviços.

Recomendações de notas para o edital de licitação

- **Alteração no cronograma.**

O cronograma inicial da obra poderá sofrer paralisações devido descobertas fortuitas de vestígios arqueológicos durante a movimentação de terra no subsolo do sítio.

- **Comunicação imediata ao fiscal da obra.**

Deverá ser imediatamente comunicado ao fiscal da obra a descoberta de vestígios arqueológicos em qualquer trecho do percurso escavado.

- **Salvamento dos vestígios.**

Caberá a CONTRATADA a guarda do(s) vestígio(s) arqueológico (s) identificado até a comunicação à fiscalização. Em caso do vestígio ter natureza imóvel, este deverá ser protegido contra intempéries através do seu empacotamento por lona plástica.

- **Paralisação dos serviços.**

Os serviços podem ser paralisados por tempo indeterminado, em caso sejam encontrados vestígios arqueológicos. No caso da instancia federal competente (Assessoria de Arqueologia/IPHAN) determinar que a ocorrência de vestígios arqueológicos encontrados caracterizam a existência de sítio arqueológico no local (ou locais), os serviços poderão sofrer mudança de projeto. O novo projeto será desenvolvido pela CONTRATANTE, mas as despesas ficaram a cargo da CONTRATADA.

- **Conservação dos vestígios arqueológicos**

Os vestígios arqueológicos evidenciados, que sejam objeto de reaterro, devem seguir as recomendações da fiscalização para o fechamento. Dentre os procedimentos deverá constar a utilização de tela – tipo fachadeira, sob camada (de 10 a 15 cm) de areia lavada e quantas necessárias de areia compactada, sempre que houver o reaterro de áreas escavadas. Ressalva-se que as eventuais alterações do escopo dos serviços decorrentes dos achados arqueológicos serão avaliadas e definidas pela fiscalização.

Além de abrigar vestígios históricos, o sítio também abriga vestígios pré-históricos. Esse potencial foi identificado na década de 1960 por pesquisa desenvolvida pelo Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Essa colaboração e parceria de uma instituição acadêmica voltada para a arqueologia é essencial, pois o

profissional especializado em arqueologia não faz parte do quadro técnico da FIOCRUZ. A cooperação e o intercâmbio com organizações e instituições nacionais e internacionais para projetos de pesquisa arqueológica fazem parte de ações de preservação cultural.

O agenciamento do material descoberto através de janelas arqueológicas, cartazes informativos e itinerários de visita devem ser objeto de estudos e ações futuras. A partir dos resultados do serviço contratado do potencial arqueológico será possível planejar um projeto global de educação patrimonial. E estas ações deverão envolver não apenas o DPH, mas também o MV e a COC.

Por fim, é importante refletir sobre o destino do acervo dos artefatos encontrados, dada a sua importância para a história do sítio em que está localizada a instituição. No Rio de Janeiro apenas três instituições têm permissão para guardar acervos arqueológicos: O Museu Nacional, o Instituto de Arqueologia Brasileira (IAB) e a Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). Assim, o acervo descoberto poderia ser encaminhado ao Museu Nacional para incorporar a coleção que já existe, mas também é possível vislumbra a possibilidade da reserva técnica da COC obter a guarda dessa coleção, seja temporariamente, para realizar exposições e atividades com a comunidade, ou por definitivo. Para isso, o IPHAN-Rio precisa dar esta permissão e orientar no trabalho de acondicionamento deste acervo precioso para a comunidade da FIOCRUZ.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BELTRÃO, Maria da Conceição. Aspectos pré-históricos pleistocênicos do projeto arqueológico Manguinhos e suas potencialidades. In. **Caderno de Saúde Pública**, RJ, 5 (1), 121-128, jan/mar, 1989.

BELTRÃO, Maria da Conceição. **Pré-história do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.

BENCHIMOL, Jaime Larry (Coord.); SOARES, Sandra Branco; ROCHA, Oswaldo Porto; PEREIRA, Andrea Nunes; SANTOS, Fernando Sergio Dumas. **Manguinhos: um retrato de corpo inteiro**. Rio de Janeiro; Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz; 1988. 677 p.

BENCHIMOL, Jaime Larry. **Manguinhos do sonho à vida: a ciência da belle époque**. RJ: COC/FIOCRUZ, 1990.

DIAS, Ezequiel. **O Instituto Oswaldo Cruz: resumo histórico (1899-1918)**. Rio de Janeiro: [s.i.], 1918.

INSTITUTO OSWALDO CRUZ. **Instituto Oswaldo Cruz em Manguinhos**. Rio de Janeiro: IOC, 1909.

NAJJAR, Rosana. **Manual de Arqueologia Histórica em Projetos de Restauração**: IPHAN/Ministério da Cultura. Rio de Janeiro, 2005.

OLIVEIRA, Benedito Tadeu de. (Coord.); COSTA, Renato da Gama-Rosa; PESSOA, Alexandre José de Souza. **Um lugar para a ciência: a formação do campus de Manguinhos**. RJ: Editora FIOCRUZ, 2003. (Coleção História e Saúde).

RABELLE, Angela; BELTRÃO, Maria; NEME, Salette; MESQUITA, Simone. **Uma leitura do acervo histórico-arqueológico do Museu Nacional**. Rio de Janeiro: S. Mesquita & M. Beltrão, 2002.

CRÉDITOS

PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ

Paulo Gadelha

DIRETORA DA CASA OSWALDO CRUZ

Nara Azevedo

CHEFE DO DEPARTAMENTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO

Maria Cristina Coelho

COORDENADOR DO NÚCLEO DE ESTUDOS DE URBANISMO E ARQUITETURA EM SAÚDE

Renato Gama-Rosa Costa

COORDENADORA DO SERVIÇO DE CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO

Ana Maria Marques

COORDENADORA DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

Ana Maria Marques

PESQUISA E ELABORAÇÃO

Inês El-Jaick Andrade (NEUAS/DPH/COC/FIOCRUZ)

AGRADECIMENTOS

Rosana Najjar – Assessoria de Arqueologia – IPHAN Rio

Fernanda Beux – Engenheira - Infra-COC/ FIOCRUZ

Ubiratan Pimenta – Arquiteto da Seção de Operações Técnicas do MV/COC/FIOCRUZ

Domingos Naime – Arquiteto Paisagista da Presidência/FIOCRUZ

Joel Majerowicz – Diretor CECAL/ FIOCRUZ

André Luiz Gemal - Diretor INCQS/ FIOCRUZ

Fernando Fíngola - Departamento de Farmacologia e Toxicologia – INCQS/ FIOCRUZ

ANEXO I – FICHAS DOS ARTEFATOS E SUPERARTEFATOS

FICHA DO MATERIAL

Sítio: Antiga Estrebaria (estacionamento Museu da Vida)

Profundidade: superficial

Ponto: descontextualizada – retirada dos quadrantes abertos.

28 fragmentos de telhas pasta vermelha - possível identificar 4 fragmentos com marcação e 2 com desenhos não identificados e 2 com formato de coração.

Descrição: material encontrado na terra remexido das aberturas para drenagem.

caixa: caixa 01

data: 10/ abril / 2010

Obs: Terra remexida.

FICHA DO MATERIAL

Sítio: Antiga Estrebaria (estacionamento Museu da Vida)

Profundidade: superficial

Ponto: descontextualizada – retirada dos quadrantes abertos.

107 fragmentos de azulejo cerâmico branco brilhante de espessuras variadas

12 fragmentos de cerâmica branca brilhante dupla face com espessuras variadas

5 pastilhas cerâmicas na cor branca fosca de formas distintas – 2 hexagonais e 3 quadradas

1 fragmento cerâmico na cor verde e amarelo

1 peça cerâmica branca acetinada (9,3x9,3x0,7)

2 fragmentos de azulejo branco brilhante de canto

1 fragmento de cerâmica texturizada cor marrom (espess. 0,8cm)

10 peças de metal - 1 moeda de 10 centavos de 1988, 2 pinos, 2 tampas de garrafa e 5 não identificados

4 fragmentos de cerâmica na cor vermelha (espess. 0,5cm)

3 fragmentos de cerâmica de piso coloridos – 1 com estampa em bolinhas, 1 em geométrica retangular e 1 em riscos

2 fragmentos de piso na cor clara – são o modelo da estrebaria (em forma de gomos)

1 fragmento de piso na cor branca 0,5cm de espessura

7 fragmentos de piso na cor clara

1 fragmento de objeto em grés não identificado.
10 fragmentos de vidro – 10 curvos, 1 curvo verde, 2 fundos, 7 planos
10 fragmentos cerâmicos – três azuis, 3 com figuras vermelhas, 1 branco, 1 com forma geométrica azul, 1 com estampado de risco e 1 com textura na cor marrom, vermelha e amarela.
2 frascos-ampolas

Descrição: material encontrado na terra remexido das aberturas para drenagem.

Caixa: caixa 02

Data: 10/ abril/ 2010

Obs: Terra remexida.

FICHA DO MATERIAL

Sítio: Antiga Estrebaria (estacionamento Museu da Vida)

Profundidade: superficial

Ponto: descontextualizada – retirada dos quadrantes abertos.

1 tijolo – original da estrebaria

5 fragmentos de tijolo

Descrição: material encontrado na terra remexido das aberturas para drenagem.

Caixa: caixa 03

Data: 10/ abril / 2010

Obs.: Terra remexida.

FICHA DO MATERIAL

Sítio: Antiga Estrebaria (estacionamento Museu da Vida)

Profundidade: 20 cm

Ponto: prospecção para achar fundação.

1 pilha

3 tampas de refrigerante

2 fragmentos de vidro

8 fragmentos de cerâmica branca na cor brilhante

3 fragmentos de telha – possível ler “*ceramica port...*”

Descrição: Material diverso.

Caixa: caixa 04

Data: 08/ abril / 2010

Obs: Não foi encontrado material nas camadas mais profundas da escavação. Foi retirada uma amostra do concreto do “poste” do bate-estaca e envelopado em plástico preto para futuras análises.

FICHA DO MATERIAL

Sítio: Antiga Estrebaria (estacionamento Museu da Vida)

Profundidade: superfície – material descontextualizado.

Ponto: Nova trincheira

Tijolo maciço partido (original da construção)

Tijolo maciço partido (original da construção)

Tijolo com marcação

Tijolo de revestimento

Tijolo *marseille* quebrado

Tijolo original (em fragmentos)

Descrição: Tijolos encontrados no entulho da trincheira.

Caixa: caixa 05

Data: 28/ maio / 2010

Obs.: Terra remexida. O material foi encontrado na superfície após a abertura pelos operários da DIRAC.

FICHA DO MATERIAL

Sítio: Antiga Estrebaria (estacionamento Museu da Vida)

Profundidade: superfície – material descontextualizado

Ponto: Nova trincheira

piso (4 gomos e 1,5 cm de espessura) com contrapiso de 2cm de espessura

pedaço de vidro reto

pedaço de vidro reto

pedaço de vidro verde curvo

pedaço de vidro verde curvo

frasco ampola
tampa plástica
duas lascas de camada de cimento das canaletas de dejetos de 1,5cm s/marca
rodapé concavo original-retirado s/marca
cantoneira inteira original – retirada do local
12 peças de azulejo originais de 7mm– a maior foi retirada s/marca

Descrição: material encontrado no entulho da trincheira e/ou retirado dos vestígios.

Caixa: caixa 06

Data: 28/ maio / 2010

Obs.: Terra remexida. O material foi encontrado na superfície após a abertura pelos operários da DIRAC.

FICHA DO MATERIAL

Sítio: Antiga Estrebaria (estacionamento Museu da Vida)

Profundidade: superfície – material descontextualizado

Ponto: Nova trincheira

35 fragmentos de ladrilho branco de variadas espessuras – de 4 ou 7mm

2 fragmentos de piso (4gomos variados e 1,5 cm de espessura) com contrapiso de 2cm de espessura

3 fragmentos de piso (1gomos variados e 1,5 cm de espessura) com contrapiso de 2cm de espessura

1 fragmentos de piso (2gomos variados e 1,5 cm de espessura) com contrapiso de 2cm de espessura

1 fragmentos de piso (8gomos variados e 1,5 cm de espessura) com contrapiso de 2cm de espessura

Descrição: material encontrado no entulho da trincheira e/ou retirado dos vestígios.

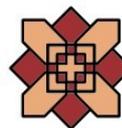
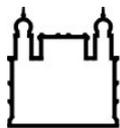
Caixa: caixa 07

Data: 28/ maio / 2010

Obs: Terra remexida. O material foi encontrado na superfície após a abertura pelos operários da DIRAC.

FICHA DO MATERIAL

Sítio: Antiga Estrebaria (estacionamento Museu da Vida)



Profundidade: superfície – material descontextualizado

Ponto: Nova trincheira

metal (martelo, argola, pino, objeto pontudo não identificado, objeto não identificado, abertura de janela basculante)

81 fragmentos de azulejo cerâmico tipo2 (15x15x0,8cm) pasta branca e brilhante

3 peças de azulejo cerâmico tipo1 (15,5cmx15,3cmx 1,2cm) com marca de tijolo no reboco e com pasta clara, lev. clara. fosco

1 fragmentos de azulejo cerâmico tipo1

2 fragmentos de azulejo para canto de parede pasta branca e revestimento brilhante (15cmx5,5cmx1cm)

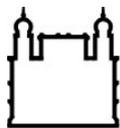
1fragmento de cerâmica tipo 3 azulejo brilhante (0,5cm de espessura) cor amarela.

Descrição: material encontrado no entulho da trincheira e/ou retirado dos vestígios.

Caixa: caixa 08

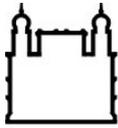
Data: 28/ maio / 2010

Obs.: Terra remexida. O material foi encontrado na superfície após a abertura pelos operários da DIRAC.

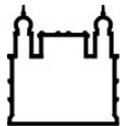


ANEXO II – TABELA DE LEVANTAMENTO DE CAVALARIÇAS, ESTREBARIAS E COCHEIRAS DO INSTITUTO

<i>Data</i>	<i>Edificação</i>	<i>Características</i>
1901	Barracão para animais – demolido na década de 1920.	
1903	Cocheira do Instituto Soroterápico – demolida entre 1905 e 1910.	
1903	Antiga Cavalariça – demolida na década de 1910.	
1904	Cavalariça – atual Museu da Biodescoberta. Arquiteto: Luiz Moraes Jr	<ul style="list-style-type: none">- Capacidade 20 cavalos (Instituto Oswaldo Cruz em Manguinhos, 1909:9).- Previsão da construção de outra para também 20 cavalos / (Instituto Oswaldo Cruz em Manguinhos, 1909:10).- Programa: baias (mangedora de ferro dividida em 3 partes: uma feita em grade, colocada um pouco superiormente é destinada a receber o capim e alfafa e outras duas em forma de cuba de ferro esmaltado servem, uma para água e a outra para milho e aveia); sala de sangria; depósitos de cristalizadores de sangue; depósito para os objetos esterizados para a sangria; e sala para preparo dos cavalos destinados a sangria (lavagem, raspagem dos pelos do pescoço, etc.); sala de intervenções cirúrgicas, com um pequeno laboratório; e depósito das forragens.- “As baias são separadas, umas das outras por taboas espessas, de madeira forte, isoladas e impregnadas de óleo. Podem estas taboas ser facilmente retiradas e desinfectadas” (Instituto Oswaldo Cruz em Manguinhos, 1909:11).- “A cavalariça é revestida de azulejos, até a altura de 4 metros e o solo coberto de ladrilhos cerâmicos” (Instituto Oswaldo Cruz em Manguinhos, 1909:11).



		<ul style="list-style-type: none">- Capacidade de 22 cavalos (DIAS, 1918:48).- Na sala de intervenções cirúrgicas fica a balança, onde são pesados diariamente todos os cavalos fornecedores de soro.- “A parte central é ocupada pelas baias que são 22, muito amplas e rigorosamente higiênicas. A mangedoura de ferro, é dividida em 3 partes, uma em forma de grade destinada a receber capim e alfafa; as outras duas de ferro esmaltado servem, uma para água, outra para milho e aveia” (DIAS, 1918:49).- “A água é distribuída automaticamente por um <i>flushing-tank</i> que se descarrega de 4 em 4 horas. As cubas se enchem lentamente, durante 10 minutos, e esvaziam-se logo depois por meio de um sifão. As baias são separadas umas das outras por taboas espessas, de madeira forte, impregnadas de óleo, as quais podem ser facilmente retiradas, desinfectadas ou substituídas. A cavalaria é revestida de azulejos até a altura de 4 metros e o solo coberto de ladrilhos cerâmicos” (DIAS, 1918:49).
		<ul style="list-style-type: none">- Transformação de uma cocheira em biotério em 1927 (BECHIMOL, 1988:426).
c.1905	Cocheira – demolida na década de 1930.	
c.1919-1930	Cocheiras Obs.: entre essas está a construção da “Cocheira velha” - atual Manutenção Civil da DIRAC.	<ul style="list-style-type: none">- Em 1919, Chagas iniciou a construção de algumas cocheiras absolutamente necessárias em virtude da ampliação dada aos serviços de soroterapia. (BECHIMOL, 1988:407)- Em 1920 referia-se a construção de mais uma cocheira, com capacidade para 30 animais, com recursos próprios. (BECHIMOL, 1988:407)- Construção de um cocheira de 1922 (BECHIMOL, 1988:426)



c.1932	Estrebaria – demolida na década de 1980.	
c.1937	Cocheira – demolida na década de 1970.	
c.1960-1970	Cocheira – demolida na década de 1970.	
	Potreiro / cocheira – demolido na década de 1970.	

Fonte: Tabela adaptada de OLIVEIRA; COSTA; PESSOA, 2003.